

PARA ALÉM DE RITUAIS E COSTUMES: O QUE PODEMOS DIZER SOBRE A NOÇÃO DE CULTURA EM ANÁLISE DO DISCURSO?

Thaís Valim Ramos ¹

Pensar a cultura no âmbito teórico da Análise do Discurso pecheutiana pressupõe discutir fronteiras conceituais uma vez que não se trata de lugar comum nesta seara. A questão da cultura tem sido bastante discutida atualmente em diversas áreas, tais como a Antropologia, Sociologia, Estudos Culturais, sendo que seu uso não se restringe somente ao meio acadêmico. É comum ouvirmos a expressão “isso é cultural” como forma de justificar determinadas ações, comportamentos, experiências dos sujeitos ou até mesmo como forma de categorizar, compreender, explicar o próprio sujeito e sua inserção na sociedade.

Muitos dos significados atribuídos à cultura atualmente surgem no final do séc. XVII e início do séc. XIX quando esta palavra passa a ser utilizada com mais frequência com a criação do Estado-nação moderno, o qual se constitui com o processo de industrialização e a necessidade de proteger o mercado de um determinado território. Nesta estrutura, os papéis tradicionais já não dão conta de manter a sociedade unida, apela-se, então, à cultura, no sentido de estabelecer aspectos comuns a um povo, tais como linguagem, valores, costumes, que servissem para criar uma unidade social e estabelecer um laço com sua nação. O Estado-nação significa a ligação entre a política e a cultura, entre o geopolítico e o étnico.

O laço criado através do amoldamento da nação pelo Estado dilui os conflitos de classe, reprime as contradições internas e cria no povo um sentimento de pertença, pelo qual estão preparados para matar ou morrer. Assim, a cultura serve para fortalecer o vínculo entre estado e nação, bem como serve como uma alternativa à crença religiosa que legitimava o poder do rei através da vontade

¹ Mestre em Letras (UPM). Doutoranda em Estudos da Linguagem (UFRGS). Bolsista Cnpq.

divina. De acordo com Rodríguez-Alcalá (2004), a separação entre religião e política decorrente do declínio do pensamento religioso medieval colocava um problema quanto à legitimação do poder e à governabilidade dos sujeitos; o resultado foi a substituição do “amor a Deus”, o “temor” a ele, pelo “amor à pátria”, pela “lealdade à nação” que subordina o sujeito ao Estado e suas leis, promovendo sua identificação com a nação através da língua, crenças, costumes, tradições partilhadas e transmitidas ao longo da história.

A cultura adquire neste contexto um significado nacional. Sentido que nos interessa uma vez que tratamos da questão de brasileiros que vão morar em outro país, ocupando um lugar entre línguas, entre culturas. Este estudo é parte do projeto de doutorado em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Traremos, para nos auxiliar neste estudo, o relato de Ana, que aceitou nos contar sobre sua experiência no exterior. Iniciamos nossa reflexão buscando situar o conceito de cultura dentro do aparato teórico da análise do discurso, examinando pontos de encontro entre este conceito e os conceitos fundadores desse campo de estudo.

EXISTE UM LUGAR PARA A CULTURA EM ANÁLISE DO DISCURSO?

Para falar em cultura, é necessário buscar o processo histórico que a produz, assim como as relações de poder e os conflitos de interesses dentro de uma formação social. Trata-se de *um processo sem sujeito, nem fim*, trazendo Althusser. Isso quer dizer que os sujeitos são agentes das práticas históricas de produção e reprodução, no entanto são sujeitos que atuam sob determinações das formas de existência histórica e agem revestidos de uma forma-sujeito que é a própria existência histórica dos indivíduos, agentes das práticas sociais. Práticas de significação que compreendem as ações humanas e são, portanto, ideológicas, dando aos sujeitos direções de como agir, como se portar. A cultura, neste cenário, fornece os modos de significar, modalizando e modelando a ideologia, conforme aponta Esteves (2014).

Diante disso, podemos dizer que a cultura, assim como a ideologia, atua interpelando e constituindo o sujeito. Cabe frisar que estas noções não se

sobrepõem, uma não substitui a outra, mas são co-dependentes. Temos, assim, a ideologia determinando os sentidos de uma cultura, a qual fornece a seus membros a ilusão de unidade, de pertencimento através de práticas e rituais a serem assimilados e reproduzidos. É válido ressaltar que tal processo é apagado no momento mesmo em que acontece, produzindo como consequência um efeito de evidência. Desse modo, para o sujeito não parece existir outra forma além daquela que “vê” diante de si.

O conceito de cultura, entendido como algo a ser assimilado, cria um efeito de homogeneização, apagando as diferenças internas e servindo para legitimar o poder, bem como permitindo identificar os sujeitos através do seu comportamento, maneira de falar, ou mesmo pela maneira de vestir, de sorrir, de agir à mesa. Essa ilusão promove a identificação nacional, obscurecendo as diferenças internas e exaltando as diferenças entre estados nacionais, estabelecendo fronteiras tanto geográficas quanto de significação.

Esse imaginário que separa/divide quem está dentro e quem está fora ofusca a enorme variedade de comportamentos que existem dentro de uma mesma cultura. Efeito necessário para criar vínculos entre os integrantes de um coletivo, os símbolos passam a ser a comunidade mesma que é legitimada, celebrada por seus membros. Nessa direção, aspectos ditos da cultura, como festas cívicas, desfiles pátrios, bandeiras, hinos e heróis nacionais, ensinados nas escolas e família, são uma espécie de alicerce para que os sujeitos se sintam membros da mesma comunidade e que, no seu imaginário, edifiquem o sentimento comum de pertencimento ao seu país, ao mesmo tempo que diferenças culturais sejam estabelecidas.

Esse entendimento de cultura pode alimentar a ilusão de que, ao conhecer os aspectos de determinada cultura, juntamente com o domínio de sua língua, garantirá uma perfeita interação dos sujeitos que a ela pertencem, bem como dos estrangeiros que se dedicam a aprender esse modo de vida e buscam uma comunicação perfeita com o outro que faz parte da cultura outra e comumente acaba sendo confundido com tradição. No entanto, entendemos o encontro com a outra cultura e também com a outra língua como parte da ordem de "coisas a saber", mas

que comporta um saber que não se ensina, não se aprende, mas "existe produzindo efeitos" (PECHEUX, 2012, p. 43). As convenções não são percebidas da mesma maneira por sujeitos de culturas diferentes. Quando a questão é discorrer sobre a cultura, precisamos atentar para não restringi-la à tradição, uma vez que é mais fácil partirmos de estereótipos e generalizações para exemplificá-la.

Sem a pretensão de enquadrar a cultura dentro de limites rigidamente estabelecidos, entendemos a cultura como resultado de um processo em constante transformação que não pode ser analisado separado dos movimentos históricos e sociais que a envolvem. Dessa forma, a cultura não trata apenas da reprodução, mas também da transformação, com espaços para criticidade e interpretação. A cultura não existe fora do social, este entendido como constituído pelas formações imaginárias que funcionam no discurso e que medeiam a relação do sujeito com suas condições de existência, e dissociada da história.

COMO É SER ESTRANGEIRO EM OUTRA CULTURA?

Trataremos neste estudo daquele sujeito que partilha de uma língua, crenças, costumes e hábitos em um país, sendo interpelado a se identificar com este estado e suas leis, e cruza a fronteira para viver em outro lugar com o qual não possui o mesmo vínculo. Neste contexto, a cultura serve para dar sentido ao nacional, embora não haja unidade cultural no interior de uma nação, mas uma ilusão de homogeneidade a fim de sustentar os estados nacionais e produzir o coletivo.

Conforme já mencionamos, traremos para análise recortes do relato de Ana. Vale lembrar que, no processo de análise no campo da Análise do Discurso, não existe uma maneira somente de interpretar o arquivo; esse processo de interpretação passa pelo olhar do analista. Conforme Ferreira (2011, p. 95), trata-se de uma "escuta que consiste em fazer ver, a partir de um dispositivo teórico-analítico, a opacidade do objeto discursivo, desnaturalizando os sentidos que o caracterizam, pondo em questão as evidências que o cercam e trazendo à presença o que se mostra ausente".

Dentre os aspectos utilizados para criar o laço de identificação imaginário e domesticar a diferença entre os sujeitos de um país está a língua associada a este. Tem-se, no imaginário dos sujeitos, que, para se inserir em outra cultura, entendida como os costumes e tradições, é importante dominar a língua em todos seus aspectos, como se o que é dito em uma língua pudesse ser dito em outra. Associado a esse aprendizado da língua, inclui-se também o aprendizado da cultura. Dessa forma, guarda-se uma relação de homogeneidade, e busca-se aprender maneiras de se portar que estejam cristalizadas como parte de uma cultura. Entretanto, é preciso levar em conta que tanto a língua quanto a cultura estrangeira trazem consigo uma carga ideológica, que faz parte de um saber o qual não se aprende, mas existe produzindo sentido. Assim, o sujeito torna-se repetidor da voz do livro ou do professor, seguindo um processo criado a partir de generalizações. O sentimento de estranheza, de não pertencimento, surge principalmente quando o sujeito se depara com o outro em outra cultura, e a ilusão de controle sobre a linguagem, sobre a outra cultura e sobre a perfeita interação se perde.

O estranhamento com relação à cultura e à língua do outro pode provocar medo ou uma forte atração. No caso do medo do estranho, do desconhecido, pode-se impor uma barreira, uma divisão. Para a análise do discurso, a língua vai além, ela é a condição da ideologia, da estruturação do inconsciente, e da cultura; ela faz um trabalho de mediação, interpelando o indivíduo em sujeito. Assim sendo, conforme Ferreira (2000, p. 26), "em matéria de linguagem, não se pode dizer tudo", mas a linguagem opera sob a evidência do sentido, o que, no caso do sujeito que se coloca em outra língua, causa a sensação de que não domina um código somente.

Inscrever-se em outra cultura, em outra língua, implica ressignificar e ressignificar-se, encarar novos confrontos, novos questionamentos e ser falado por essa nova língua, além de nela se dizer. Esse processo pode ser experimentado como "uma operação salutar de renovação e de relativização da língua materna, ou como a descoberta embriagadora de um espaço de liberdade" (REVUZ 2006, p. 224). A relação entre culturas, neste caso, nacionais, implica também uma relação de poder, de dominação, em que um país cuja economia é mais rica procura impor sua cultura, seu modo de vida, fortalecendo a relação de dominação/dominado, colonizador/colonizado. Ao mesmo tempo em que esse modo de vida é exportado

para outros países, com outras culturas, também são acentuadas as diferenças entre eles, pois é de interesse manter essa relação de dominação e construir um olhar sobre o outro que determina e cristaliza sua condição.

Voltando nossa atenção para o primeiro recorte, Ana coloca-se como estrangeira e aceita essa condição como algo que a distancia, a diferencia dos locais. Ela assume a posição de alguém que vem de fora e não pertence àquele lugar. Distância que podemos observar na sequência discursiva abaixo.

SD1: A gente tem motorista, mas não é luxo. Assim, todos os expatriados, todos os estrangeiros têm motorista. (...) Porque, primeiro porque é uma maneira da empresa cuidar da segurança da família, tendo um local dirigindo se acontece um acidente, na hora de discutir ali eles resolvem, a gente não precisa se envolver.

Nessa sequência, Ana traz o fato de que os estrangeiros têm motorista. Está presente aqui o não-dito de que os locais não têm acesso a esse benefício, trata-se de uma diferenciação entre os locais e os estrangeiros. Nesta SD há uma contradição marcada pelo uso da palavra “mas”, pois, enquanto ter motorista para os estrangeiros não é luxo, os Nigerianos não têm esse privilégio. Pode-se dizer que se trata de uma marca meta enunciativa, onde não há coincidência entre a palavra e a coisa. Chama a atenção o fato de Ana dizer que tendo um motorista “não precisa se envolver”. Esse dizer nos leva a confirmar que ela está confortável nesta posição de estrangeira, e que não deseja participar tão de perto desta outra cultura. Para se envolver e resolver alguma situação nesse outro lugar, é preciso invocar regras e sentidos que não fazem parte do seu conjunto de saberes, assim, para Ana, é mais fácil permanecer na posição em que se encontra.

O uso do pronome “eles” faz também uma distinção, uma separação entre os locais “eles” e os estrangeiros “nós”. A cultura pode ser usada como uma ferramenta na construção do outro, afirmando diferenças e legitimando a hierarquização. Cria-se uma espécie de bolha que os protege do apavorante lá fora que habita essa cultura. Estabelece-se aí uma relação de poder entre o estrangeiro, aquele que tem dinheiro, e os Nigerianos, aqueles que não têm. O termo “expatriado” de que Ana lança mão para falar sobre os estrangeiros merece também nossa atenção. Olhando com cuidado para esse significante, percebemos a menção à pátria, lugar do

familiar, um ponto de partida antecedido pelo morfema "ex" e, pela sinonímia com a palavra "estrangeiro", revelando uma ausência de pátria, isto é, uma ausência de território de pertencimento. Observemos a próxima sequência.

SD2: Ana: estrangeiro, tem muito estrangeiro, muito branco aqui, principalmente na região que a gente mora. (...) Que é um...um bairro assim, vamos dizer, privilegiado. É um condomínio dentro de um condomínio (...) Então pra você entrar aqui dentro do nosso bairro tem segurança também, mas nesse bairro tem vários condomínios.

Entrevistador: Uhum. E por que, assim, o fato de você ser branca ajuda?

Ana: Porque eles sabem que os brancos têm dinheiro.

Nessa sequência, constatamos novamente a relação de poder entre os estrangeiros e os locais. Ana ressalta o fato de ter muito estrangeiro na Nigéria pelo uso do advérbio de intensidade "muito", além da repetição da palavra estrangeiro. Esta palavra, nesse recorte, desliza e, além de significar aquele que vem de outro lugar, de outra cultura, se refere também à cor da pele branca. Ser estrangeiro na Nigéria é também ser branco. Essa fronteira estabelecida entre os locais e os estrangeiros pode ser observada também quando Ana nos diz que na região onde mora há muitos estrangeiros, trata-se de um bairro privilegiado, com seguranças que estão ali para manter essa fronteira. Fronteiras imaginadas a partir das diferenças estabelecidas e de onde impera o poder, bem como a desigualdade social característica do sistema capitalista, o qual dá poder àqueles que detêm o capital financeiro, e define aqueles que não o detêm como preguiçosos, incompetentes e responsáveis pela sua pobreza. Essa pobreza é, então, legitimada pelo mercado e pela divisão do trabalho. É válido observar, ainda, a modalização empregada por Ana ao falar do bairro onde mora. Ela diz que é um lugar "vamos dizer" privilegiado. Chama-nos a atenção esse mecanismo de atenuar o sentido de privilegiado, pois podemos entender como "privilegiado" naquele lugar, diante daquela configuração social, mas talvez não em outros. Também o uso da palavra "assim" traz uma marca meta enunciativa que busca uma coincidência entre a palavra e a coisa. Ana usa duas terceiras pessoas do plural, uma nominada e a outra não. "Eles" x "os brancos". "Eles" corresponde aos negros, e, "os brancos", aos estrangeiros. Ela não se inclui, não usa "nós" para se referir aos brancos, uma vez que a entrevistadora usa "você" na pergunta. Há uma marca de estrangeiridade em relação a si mesmo, é

vergonhoso ter dinheiro em um país tão pobre. Inconscientemente ela não parece admitir dizer “nós temos dinheiro”, bem como evita dizer “os negros”, referindo-se a estes como “eles”. Dessa forma, retomando o dizer de Ana, ser branco ajuda, pois ser branco significa ser estrangeiro, significa ter dinheiro, o que facilita a convivência nesta outra cultura, lhe dá um estatuto de superioridade e até a exime de certas regras.

PARA CONCLUIR

O propósito deste artigo foi chamar a atenção dos analistas do discurso para a questão do sujeito que se coloca entre culturas e entre línguas. Esse indivíduo, que já se constituiu como sujeito em uma cultura, já criou sua realidade com base no que foi lhe dado a ver e nos sentidos que são permitidos nas formações discursivas das quais faz parte, aventura-se em outra cultura e depara-se com novos dizeres, outras formas de se subjetivar. Ele coloca em xeque o que vê e o que não vê, o que imagina que sabe e, nesse processo, acaba se colocando num lugar onde não só vê o outro como diferente, mas, à medida que se subjetiva em outra cultura, começa a ver o que é seu também como estranho. Para finalizar, cabe ao analista desestabilizar e desnaturalizar a cultura, buscar seus sentidos, os quais não são transparentes, em relação com as filiações sócio-históricas e, assim, desmistificar fatos tidos como naturais, evidentes e imutáveis.

REFERÊNCIAS

ESTEVES, P. M. S. *O que se pode e se deve comer*. uma leitura discursiva sobre o sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2014.

FERREIRA, M. L. F. *Da ambiguidade ao equívoco*: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

PÊCHEUX, M. (1983). *O Discurso*: estrutura ou acontecimento. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. “Da Religião à Cultura na Constituição do Estado Nacional”. In: *XIX Encontro Nacional da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística*. Maceió: ANPOLL, 2004.